



III SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA UEG

A TERRA PROMETIDA: UM OLHAR DA RESISTÊNCIA CAMPONESA NO BRASIL

Valtuir Moreira da Silva¹

Universidade Estadual de Goiás

Itapuranga, Goiás, Brasil

valtuir2@hotmail.com

Kester J. Bueno Fernandes da Silva²

Universidade Estadual de Goiás

Itapuranga, Goiás, Brasil

kester30fernandes@hotmail.com

Resumo: A experiência do campesinato brasileiro para com a terra é marcada por conflitos que envolvem as mais diferentes categorias provenientes do campo, que em função dos grandes latifúndios, mecanização agrícola, e políticas agropastoris rompendo as fronteiras agrícolas, se encontram em confronto. Embora as lutas camponessas no Brasil se tornaram mais efetivas através dos movimentos sociais, os primeiros conflitos por terra devem ser remontados desde o período de colonização. Também é importante salientar o discurso de inferioridade do camponês produzido na esfera política e social urbana. A partir de Yokoi (1996), Moreira (2002), Pessoa (1999), Martins (1981) e manifestos lançados pela CPT (1990 e 1991); podemos compreender a história da experiência campesina a partir das violências, mortes, lutas, resistências camponessas e negligência dos poderes políticos. Diante dessas situações, a partir da década de 1970 seguindo o projeto da “Igreja Católica” da Teologia da libertação é criada a Comissão Pastoral da Terra – CPT que procura pensar a fé a partir das realidades locais, partindo dos seguintes pressupostos de atuação: água, terra e direito. Dentro desse tripé de atuação, o trabalho escravo e a concentração de terra são temáticas das quais a CPT busca se engajar e articulando-se com outros movimentos sociais. Em suma, entender as lutas dos camponeeses é pensá-los como agentes da própria história.

Palavras-Chave: campesinato; terra; Comissão Pastoral da Terra; conflito.

¹ Doutor em História

² Graduando em história - UEG Itapuranga

A terra no Brasil foi palco de muitas lutas em função da estrutura fundiária, com a concentração de terra. Em função dessa concentração surgiram conflitos de diversas categorias camponesas frente aos latifundiários e a atuação dos movimentos sociais como a CPT (Comissão Pastoral da Terra) buscando igualar as forças de lutas em um desnívelamento desproporcional ao camponês.

Diante dessa disparidade em que o direito da terra é justificado pelo documento e não pela função social que os movimentos sociais buscam tal como a CPT, intenta sistematizar as reivindicações campesinas, na luta pela aquisição da posse da terra, para não ser explorado e a tentativa para permanecer nela. Não se trata de falar pelos próprios trabalhadores, mas fazer com que seus anseios sejam reconhecidos na esfera política vigente.

Em função desses embates travados ao longo da história das disputas por terra, com assessoramento dos movimentos sociais as questões camponesas foram discutidas no cenário político brasileiro, principalmente a partir de 1975, com a criação da Comissão Pastoral da Terra e, na década de 1980, quando articulados, com apoio da CPT são criados outros movimentos sociais como o MST. Dentro do espaço acadêmico podemos compreender a ascensão desses sujeitos históricos com o aumento de trabalhos acadêmicos enfocando os embates camponeses e seus intelectuais orgânicos.

A atuação da CPT revela que as lutas camponesas não restringem apenas as reivindicações materiais, também são espaços de resistência para serem reconhecidos como sujeitos históricos ativos. Trata-se de romper com estereótipos que certas nomenclaturas camponesas depreciam o homem do campo.

Segundo Martins (1981) houve construções de discursos depreciativos da imagem estética e intelectual, principalmente no espaço urbano, surgindo discursos hostis para com os movimentos sociais e as categorias camponesas. Não é muito raro considerar o camponês um ser passível, sem capacidade de decidir sobre suas próprias questões para atuar no cenário político, tal realidade pode ser compreendida quando em 1991 a CPT divulga seu manifesto de 1990 denunciando a forte presença da bancada ruralista no legislativo, ao procurar impedir programas ligados à reforma agrária,

resultando na falta de um plano de desapropriação de terras, cujo objetivo era realizar assentamentos no governo Collor.

Entretanto quando se mostra um ser atuante, ganhando mais vitalidade com os movimentos sociais são identificados como perturbadores da ordem pública e que estão impedindo o progresso. Em suma, quando o camponês acomoda é um ser passível, outros decidem por suas questões, em contrapartida, enquanto sujeito da própria história, é reprimido, ignorando seus direitos e negando-lhe seu papel de ator social.

Nessa perspectiva o campo representa o atraso, assim como seus habitantes considerados inferiores, sem intelectualidade suficiente para torná-lo reconhecido nas decisões políticas ou sujeito social influente. No Brasil para Martins (1981), o fluxo migratório na direção campo-cidade é resultado desse discurso, com ausência de uma política publica para manter o pequeno proprietário, aliado às péssimas condições de trabalho e financeiro, leva o camponês migrar para o espaço urbano .

Para compreender as reivindicações por terra é necessário discutir as associações depreciativas relacionadas aos camponeses. Esses estereótipos têm uma raiz histórica, seu fundamento remonta a França revolucionária.

Eric Hobsbawm (2010) apresentou em *A Era das Revoluções 1789-1848* a dicotomia existente na mentalidade da época entre rural e urbano. Os homens considerados intelectuais pertencem à cidade, em contrapartida o mundo rural é identificado como espaço de seres estúpidos, ignorantes a serem civilizados pela “alta” cultura da vida urbana. Portanto percebemos o quanto buscam colocar campo e cidade como contradição um do outro, não busca compreender suas relativas importâncias de acordo com suas exigências que lhes são peculiares e particulares.

Enfim, podemos compreender a estagnação enfrentada no universo camponês e ainda perceber que tais leituras estereotipadas fazem parte da construção do discurso de inferioridade, discurso esse que os movimentos sociais buscam desconstruir com seus embates e resistências.

Após analisar essa construção do discurso depreciativo das categorias campesinas, Martins (1981) revela que o termo camponês e suas variantes surgem com grande força a partir de 1950, referindo a outras terminologias que conotam os

trabalhadores rurais. O camponês já foi identificado em outros espaços e tempos com contextos históricos diferentes nas seguintes expressões: “caipira”,³ “caiçara”⁴, “tabaréu”,⁵ “caboclo”⁶. Esses termos além de identificar o homem do campo, possuem outro sentido comum, designar o campo que se produz a margem da sociedade; seus habitantes são concebidos como atrasados, tolos; distantes das promoções sociais; com inferioridade intelectual; passíveis as transformações impostas por um grupo dominante não sendo capazes de produzir suas próprias histórias.

Entretanto, essas formas de conceber o campesinato começa mudar com as diversificadas lutas travadas, revelando as contradições sociais e econômicas existentes. O campo se torna o palco ao qual camponeses e latifundiários tornam-se personagens da trama de ação e terror, constituída de violência, com mortes, expropriações, falsas políticas agrárias e, acima de tudo, de resistências e conquistas em função dos camponeses.

O poder político ao longo da história esteve condizente com a classe dominante, seja da Coroa para com os senhores de terra; perpassando por um período em que fazendeiros usaram a terra como forma de poder, estabelecendo poderes locais articulados com o poder federativo. Nesse mesmo tempo encontram-se as resistências messiânicas e banditismo frente a esses monopólios da terra. As lutas por terra são construídas em um contexto de inúmeras representações sociais.

Segundo Pessoa (1999), na década de 1930, surge a proposta Getulista de “marcha para o oeste”, primeira tentativa de colonização de terra, a partir da criação das Colônias Agrícolas Nacionais. Com as Promessas de terras e subsídios agrícolas, vários trabalhadores fazem um intenso fluxo migratório para o interior de Goiás, nascendo a Colônia Agrícola Nacional de Goiás criada em 1941.

“os cidadãos brasileiros [...] maiores de 18 anos [...]
pobres, com aptidão para os trabalhos agrícolas foram chamados a Goiás [...]”

³ Caipira: termo provavelmente de origem indígena refere-se ao habitante do campo; usado principalmente no Centro-Oeste.

⁴ Caiçara: trabalhador do campo do litoral paulista.

⁵ Tabaréu: expressão usada para designar o homem do campo.

⁶ Caboclo: Esse termo admite diversas interpretações: No século de XVII era usada para designar indivíduo resultante da mistura de índio e branco. No Norte e Centro-Oeste essa palavra distingue pagão e cristão e em várias regiões designa o homem do campo.

Receberiam [...] lotes [...]sementes; material agrário [...] aprendizado agrícola [...] escolas primárias [...] cooperativa de produção.” (PESSOA, 1999, p. 39-40)

Entretanto a realidade foi outra, das propostas de loteamentos, nem a metade foi cumprida; a terra prometida se torna difícil, os poucos colonos assentados com suas próprias forças desbravaram a terra e a tornou a produtiva.

Contradicoriatamente, os fazendeiros esperam o parceiro desmatar e trabalhar a terra, logo após, com a possibilidade da terra se tornar um meio de conseguir capital, expulsa ou coloca o trabalhador em situação de clientelismo. O que podemos visualizar a partir da realidade da CANG é que falta de uma política pública para o campo, levaram os colonos a venderem seus lotes ou mesmo rumaram para outras regiões, como forma de conseguir o tão sonhado pedaço de terra.

O que se constrói a partir do discurso de Bernardo Sayão foi uma leitura do espírito desbravador, ao qual pode ser demonstrado assim:

“Sua filha assim o definiu: ‘Era um engenheiro agrônomo, porém gostava era de construir estradas’ (Sayão, 1984, p.27) [...] Sobre esse desejo de Sayão, o então topógrafo da colônia lembra que o ‘o grande sonho dele, desde que eu o conheci em 1939, era esse projeto. Ele dizia: Colônia Agrícola para mim é ponto de apoio. Eu não estou aqui pra plantar feijão e milho. Estou aqui pra fazer uma estrada para Belém’. (PESSOA, 1999, p. 46)

Através dessa experiência camponesa podemos destacar quais foram as condições necessárias para que a terra fosse de trabalho, como salienta Martins (1981). Não basta a terra, mas é preciso de suportes como políticas agrícolas eficientes, criar instrumentos de sobrevivência ao trabalhador e combater a leitura desatenta de inferioridade de todos os envolvidos no processo de luta pela, mesmo que ainda não estejam definidas as categorias de análises.

O que se percebe é que mesmo não se chegando a uma leitura consensual da categorização destes atores sociais, bem sabemos que a violência se tornou um instrumento de intimidação por parte de latifundiários. O jagunço se torna o aparelho que executa as ordens do proprietário. Entretanto, esse aparelho em algumas situações é o agregado que cumpre sua relação de favor com o agregador, já que em alguns casos o agregado do fazendeiro tem a função de proteger a propriedade como meio para morar e

trabalhar na terra. Portanto, temos uma mudança de categoria: de camponês agregado para o jagunço, onde este não assume como pistoleiro de aluguel.

É importante salientar que na medida em que a terra se torna forma de adquirir capital, a vida camponesa começa a ser comprometida. Em alguns casos, na história do Brasil a relação de trabalho na terra, através do parceiro e meeiro é comprometida quando a terra deixa de produzir para a sobrevivência, agora é para o lucro. Nos primeiros anos as categorias citadas acima cumprem o papel com o fazendeiro de desmatar e trabalhar a terra tornando-a produtiva, praticando, sobretudo culturas de subsistência e pouco valor financeiro (arroz; feijão e milho). Entretanto, com o surgimento da possibilidade de conseguir a reprodução do capital através da terra, levaram a expulsão destes trabalhadores, já que a produção monocultura procura atender ao mercado externo.

Nessa perspectiva, IOKOY (1996) destaca que há dois tipos de produção: a de produção e exploração. Enquanto terra de produção, ela cumpre seu papel social que é gerar empregos e alimentos. Por outro lado, a terra de exploração, procura subjugar a mão de obra, às práticas agrícolas visando a reprodução do capital.

São através dessas experiências que o campesinato ganha força levando a conquista da terra, principalmente por meio das resistências e com auxílio de intelectuais orgânicos, como acreditava Gramsci, que estruturam e sistematizam as lutas para fazer frente às forças opressoras. Ligas Camponesas, sobretudo no Nordeste, em seguida a criação de sindicatos, associações e outras instituições que lutam pela terra.

Em Goiás, podemos encontrar lutas e embates envolvendo os camponeses, tal como nos mostra Martins (1981), que a partir de 1948, um grupo de posseiros vindos de várias regiões do Brasil apossam de terras devolutas na região de Uruaçu, momento ao qual surgem fazendeiros praticando a grilagem dessas terras que havia sido desbravadas por uma centena de famílias. Surge a figura de José Porfírio, que apoiados por membros do Partido Comunista do Brasil – PCB auxiliando-os na resistência camponesa com organização a partir dos trabalhadores.

No que se refere à participação da Igreja nas lutas camponesas é necessário enfatizar que sua atuação decorre do fato do comunismo abranger as massas

camponesas como foco de atuação e a perda expressiva de fiéis. Diante dessa situação e com o golpe de 1964 a Igreja, ou melhor, a ala progressista buscou atuar em favor dos oprimidos e excluídos das participações sociais. Esse deslocar de atuação da Igreja das classes dominantes para os oprimidos e marginalizados do sistema político e econômico só foi possível com o movimento religioso interno denominado Teologia da Libertação e Igreja da Libertação.

A primeira seria uma interpretação dos ensinamentos de Jesus buscando libertar o homem da opressão, violência, a miséria como fruto de um sistema econômico que leva um reduzido numero, ou seja não era necessário o homem sair da Igreja para fazer frente a elite dominadora, pois em contexto social em que o Estado não ouve os clamores do campo, a Igreja torna-se o ponto de referência que os grupos excluídos encontram segurança.

A segunda, Igreja da Libertação foi uma Igreja de ação concreta, fez com que o evangelho libertador adquira uma forma prática, onde religiosos; bispos, padres e leigos assumem uma posição militante de denunciar às injustiças sociais, articular as causas camponesas a outras instituições maiores nacionais e internacionais, levando os “gritos do campo” a um conhecimento público. Além disso, o envolvimento em resistências de posseiros, como frente de mobilizações e organização interna do grupo ou como mediadores entre o governo e os campesinos são formas que a Igreja da Libertação manifesta. Nessa perspectiva de uma Igreja atuante nas questões camponesas é criada a CPT, Comissão Pastoral da Terra, que se encarrega de mediar e articular as causas camponesas para com as instituições políticas e judiciais.

Sob o tripé de atuação: terra, água e direito, as ações desse movimento estarão voltadas para o homem do campo que enfrenta empresas e corporações pressionando o pequeno agricultor forçando-o a vender a propriedade para estas para práticas monocultoras que geram lucro. Reivindica os direitos indenizatórios de indivíduos atingidos diretamente por construções de barragens ou aqueles que sofreram indiretamente, como os ribeirinhos que em função desses projetos a atividade produtiva como a pesca se torna escassa tornando o lugar impossível de permanência.

Além das atuações nos problemas derivados da terra e da água, no que refere-se ao direito, podemos entender a luta da CPT no combate a exploração do trabalho. Em pleno século XXI é incrível como patrões ainda reduzem trabalhadores a

situação análoga de trabalho. São excesso de horas de trabalhos por salários que às vezes nem chega ao mínimo definido pela lei. Em outros casos os agentes da Comissão Pastoral da Terra desmantela esquemas que forçam os trabalhadores a continuarem trabalhando de forma compulsória, sob vigília de jagunços, e que maioria das vezes quando os trabalhadores conseguem escapar e recorrem a polícia, esta condizente com os fazendeiros os devolvem aos latifundiários. Essas situações de dominação do homem e sua força de trabalho, ainda existe com muitos focos na região Norte do Brasil.

Para uma forma mais eficiente de ação a CPT buscou articular aos outros movimentos sociais como o MST, CMI, e os sindicatos. Dessa forma o campesinato pode ser melhor abordado, e na mesma medida fazer presente nas decisões políticas sindicais verticalizadas de cima para baixo, fiscalizando as influências que prejudicam as categorias camponesas.

Enfim podemos destacar que a CPT (a Igreja católica) e os Comunistas foram o que Gramsci denominou de “intelectuais orgânicos” das massas camponesas. Segundo ele; os camponeses não produzem seus intelectuais da categoria, mas estes lhes são externos. Entretanto devemos entender que ambos intelectuais têm objetivos próprios ao abracer as massas de camponeses: Assim destacou Yokoi (1996), a Igreja Católica buscou aumentar o número de fiéis e não permitir que os camponeses sejam abordados pelos comunistas. Em contrapartida, os comunistas visando abracer além dos proletários urbanos a classe camponesa.

Por conseguinte é importante salientar que esse histórico de embates entre o campesinato e a estrutura agrária estabelecida é constituído de injustiças sociais, sonhos frustrados por políticas ineficientes cujos verdadeiros objetivos se acortinam sob uma falsa política pública que atenda o grupo interessado. Através do cenário conflituoso do campo foram produzidos inúmeros debates sobre a situação campesina no Brasil e propostas de “combater” os problemas levantados.

Dentre as várias discussões a “Reforma Agrária” quase sempre é retomada, mas nunca colocada em prática, em vez disso, surgem ações de governos preocupados com a opinião pública buscando atender as exigências do campo, entretanto ao mesmo tempo defende e investe nos interesses da elite ruralista. É uma

tentativa de mediar às exigências camponesas e dos latifundiários. De outro, a situação é muito mais delicada, pois a solução para o camponês é a conquista da terra, para isso é necessário acabar com o sistema fundiário vigente, construindo outro mundo, como assevera os movimentos sociais no campo.

Referências

- HOBBSAWN, E. *A Era Das Revoluções 1789-1848*. Paz e Terra. São Paulo, 2010.
- IOKOI, Z.G.; *Igreja E Camponeses Teologia Da libertação e Movimentos Sociais No Campo Brasil e Perú, 1964-1986*. Fapesp, São Paulo, 1996.
- MARTINS, J.S. *Os camponeses e a Política no Brasil*. Vozes. 4º ed. Petrópolis, RJ; 1981.
- PESSOA; J. M. *A Igreja da Denúncia e o Silêncio do Fiel*. Alínea. Campinas, SP; 1999.
- SILVA, V. M. *História Agrária em Goiás / Goiânia: AGEPEL / UEG, 2002. Espinholoso Caminho para a Liberdade conflitos no campo 1990*. Comissão Pastoral da Terra. Edições Loyola. Goiânia, abril de 1991.